

A atualização da crise neoliberal*

Célia Maria da Motta**

Resumo:

Este artigo busca entender a natureza cíclica das crises capitalistas. Observando exemplos históricos, percebe-se que as crises econômicas sempre sucedem um período de grande centralização e estagnação do capital – e são sucedidas por políticas de “reversão da crise, destinadas a realimentar o antigo padrão de acumulação. Invariavelmente, tais medidas dedicam-se à formulação de lucrativos planos de “desenvolvimento”, destinados à abertura de novos mercados e ao financiamento de grandes negócios privados.

Avaliações apressadas da atual crise econômica produzem diagnósticos simplificados das condições de desenvolvimento da atual fase do modo de produção capitalista, como em simples crise de regulação; em fase de desenvolvimento “pós-industrial”; em crise terminal do liberalismo, do keynesianismo, do neoliberalismo; em crise nenhuma; na crise final da história. Dentre as menos apocalípticas, avaliações da crise como parcial ou de encerramento de ciclo econômico tendem a manter propostas de reajustes no regime de regulação; promoção de nova reestruturação do setor produtivo; inovações culturais; restabelecimento de padrões morais; criação de novos paradigmas; etc.

A questão passa por uma avaliação da dimensão da crise e se desdobra, mas, para evitar novas simplificações, convém inicialmente verificá-la como uma das crises econômicas historicamente produzidas, e constantemente atualizadas, no interior do processo de reprodução das relações capitalistas. A falsa oposição entre *crise* e *desenvolvimento* sempre integrou a contraditória lógica capitalista, uma vez que o lucro dos empreendimentos (referência de crescimento econômico) tende unicamente à monopolização dos mercados – indicando que o sistema capitalista se reproduz “através de determinados ciclos periódicos. Passa por fases de calma, de animação crescente, de prosperidade, de superprodução, de crise

* Este estudo baseia-se em dados de minha pesquisa de doutorado, *O modelo neoliberal brasileiro e o setor elétrico* (Motta, 2006).

** Pesquisadora do NEILS e professora do Depto de Sociologia e Antropologia da UFMA.

e de estagnação” (Marx, 1978: 93). As crises são tão sucessivas quanto as fases de restabelecimento das taxas de acumulação e de renovação das estratégias de concentração e a centralização final do capital no mercado financeiro.

Observando a alternância das crises, percebe-se que as leis gerais da acumulação capitalista historicamente não se alteraram. A *função periodicamente renovada do capital produtivo* (ciclo) mantém seu processo de *valorização da produção* e reprodução periódica da mais-valia, uma vez que, com a *repetição de vários ciclos*, a *mais-valia realizada cresce* (acumulada e destinada à valorização), alcançando o volume necessário para *realmente* atuar *como capital suplementar ou ingressar no ciclo do valor-capital em processo* (Marx, 1988). A continuidade desse processo de *acumulação e reprodução ampliada do capital*, que depende da renovação e ampliação (em escala financeira) do capital *produtivo*, ainda configura o verdadeiro *padrão* de acumulação capitalista. Tal padrão sempre foi assegurado pelos diferentes *regimes* de exploração (fordista, taylorista, toyotista) que, também ciclicamente, inovaram as contraditórias relações capitalistas.

Como a natureza cíclica do movimento de produção e reprodução capitalista responde pelas sucessivas e simultâneas fases de expansão e contração na realização da mais-valia e da acumulação do capital, nenhum regime de acumulação buscará a redução da exploração do trabalho humano, mas sua intensificação. A predominância da força de trabalho assalariada também não implica a supressão das relações capitalistas remanescentes, como se verifica no atual regime de acumulação, caracterizado por crescentes índices de trabalho escravo, combinados com *modernos* sistemas de trabalhos *alternativos*.

Sob o regime de “modernização e reestruturação produtiva”, da recente fase neoliberal do capitalismo brasileiro, intensificaram-se a precarização das condições de trabalho e a expansão do trabalho informal – com redução das contribuições previdenciárias, crescente *déficit* da Previdência Social e baixo reajuste do salário mínimo.

Nacional ou internacionalmente, é possível verificar sucessivos movimentos de ascensão, crises e esforços de sobrevivência do padrão de acumulação capitalista, nos exemplos históricos que confirmam a natureza cíclica de suas crises. Contudo, deve-se ressaltar que, sob condições estruturalmente contraditórias, o capitalismo busca administrar suas contradições, alimentando-se de suas próprias crises, cujos efeitos tornam-se condicionantes de novas fases de acumulação. Em momentos de estagnação, o Estado providencia políticas para “reverter a crise”, com o financiamento de grandes negócios nos setores produtivos que, invariavelmente, inauguram um período de novas possibilidades de lucro.

Crises capitalistas – soluções lucrativas

1. Crise de 29

Referência para avaliações sobre a intensidade das crises seguintes, a primeira grande crise do liberalismo revelava sua natureza na grande contradição: superprodução e fome. Com um desemprego ultrapassando 20% da força de trabalho, o momento requeria o restabelecimento do processo de acumulação capitalista, que foi relativamente promovido pela ação política protecionista do chamado Estado keynesiano. Deve-se considerar que o princípio da “demanda efetiva”, elaborado por Keynes, associava dois fatores básicos: as expectativas do que será consumido (demanda agregada) e do que será investido (oferta) – mas, somente a intervenção do Estado poderia assegurar uma política de investimentos e incentivos capazes de sustentar a “demanda efetiva”. Para Keynes, o Estado deveria “assumir uma responsabilidade cada vez maior na organização direta dos investimentos”. Porém, “não é a propriedade dos meios de produção que convém ao Estado assumir. Se o Estado for capaz de determinar o montante agregado dos recursos destinados a aumentar esses meios e a taxa básica de remuneração aos seus detentores, terá realizado o que lhe compete” (Keynes, 1992: 135; 288).

Certamente, competia ao Estado capitalista administrar a crise econômica e, simultaneamente, fazer frente à expansão do socialismo. Da década de 1920 ao final dos anos 60, a ação reguladora do Estado promoveu certa estabilidade econômica, firmando a nova estratégia de acumulação que desencadeou um processo acelerado de concentração e centralização de capitais.

Após a Segunda Guerra, a intervenção estatal também não foi dispensada. Cumprimento de uma decisão política, toda guerra é também um grande empreendimento, financiado por empresários da indústria bélica. Desde a anterior instabilidade do capitalismo mundial, provocado pela Primeira Guerra, as estratégias de conciliação de políticas protecionistas, liberdade de comércio e expansão imperialista, firmaram-se através de planos de “reconstrução”, desenvolvimento ou reversão da crise. Os resultados do Plano Marshall, entre 1948-51, são particularmente exemplares. Os 16 países da Organização Europeia de Cooperação Econômica (OECE, beneficiados com US\$ 11,5 bilhões em empréstimos, equipamentos e abastecimento, perderam o controle de suas políticas fiscal e monetária para os Estados Unidos. O valor utilizado (US\$ 53 bilhões) pelos programas de “reconstrução” forçou a penetração do capital norte-americano na Europa, financiou o rearmamento da Europa Ocidental e atuou como estratégia ideológica no age da chamada Guerra Fria.

Os EUA consolidaram sua supremacia financeira, com a adoção do dólar como moeda de circulação internacional (Bretton Woods-1944) e a criação do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e do Fundo Monetário Internacional (FMI) – como organizações financiadoras da estabilidade

do capitalismo mundial.

Tal estabilidade dependeria de constantes *superávits* no balanço de pagamentos –para a manutenção do privilégio de equivalência do dólar com o ouro. Contudo, se após a Segunda Guerra, os EUA detinham dois terços das reservas mundiais de ouro, em 1960 apresentavam reservas equivalentes a US\$ 12 bilhões (ante aos US\$ 75 bi estrangeiros) –insuficientes para sustentar a conversibilidade monetária.

2. Crise da década de 1970

Com estagnação, crise do petróleo, financiamento da Guerra do Vietnã, degradação das finanças e deterioração do balanço de pagamentos, o presidente Nixon encerrou o acordo da conversibilidade, com a desvalorização do dólar em 1971. A intervenção dos Bancos Centrais para estabilizar o novo câmbio flutuante e a crescente liberdade para o capital, “abriu a via para medidas mais radicais de liberalização e desregulamentação financeiras empreendidas a partir de 1979” (Chesnais, 2001).

O desenvolvimento de políticas de desregulamentação definia um contexto histórico marcado pela supremacia do capital financeiro especulativo. Discursos de intelectuais liberais, políticos e organismos financeiros responsabilizavam a ação intervencionista do Estado pela nova crise econômica: a diminuição da produtividade e o esgotamento das finanças públicas teriam sido causados pelas restrições impostas à livre iniciativa e pela crise do fordismo, a ser suplantado por um novo *regime* de acumulação.

A identificação de *regimes* de regulação do trabalho como novos *padrões* de acumulação promoveu a idéia de que a inserção de novas técnicas de gerenciamento alteraria o modo de produção, a ponto de eliminar a estrutura e conflitos de classe. Sob essa crença, desenvolveram-se *teorias* da perda da centralidade da categoria trabalho (Offe, 1989), da substituição do trabalho pela esfera da comunicação (Habermas, 1987) ou do fim do trabalho (Kurz,1993).

Porém, de acordo com Harvey, com o fim do sistema fordista-keynesiano (1945-1973) não ocorreu uma alteração do *padrão* de acumulação, mas o desenvolvimento de um novo *regime*, demarcando um “período de racionalização, reestruturação e intensificação do controle do trabalho”. Devido a esse regime de acumulação *flexível*, houve um fortalecimento do capital financeiro com um “grau de autonomia diante da produção real sem precedentes na história do capitalismo”, em uma “era de riscos financeiros igualmente inéditos” (Harvey, 1998: 140; 156).

Impossibilitado de recuperar o processo de acumulação, via reprodução ampliada, o capitalismo teria utilizado as inovações organizacionais e tecnológicas como estratégia de extração de *mais-valia relativa*, combinada com a da *mais-valia absoluta*. Essa combinação teria funcionado como uma “solução financeira para

as tendências de crise do capitalismo” mas, apesar dessa “imensa mudança na aparência superficial do capitalismo a partir de 1973”, a *lógica da acumulação e de suas tendências de crise* não se alterou (Harvey, 1998: 181; 177).

Chesnais (2005: 38) também avaliou que essa relação entre a “mundialização financeira” e a crise do fordismo seria, “como os marxistas consideram, o ressurgimento das contradições clássicas do modo de produção capitalista (superprodução e sobre-investimento)”. Após a década de 1970, devido ao “esgotamento progressivo das normas de consumo e a baixa rentabilidade dos investimentos industriais”, essa contradição ressurgiria com “a reconstituição de uma massa de capitais procurando se valorizar fora da produção, como capital de empréstimo e de aplicação financeira” (Chesnais, 2005: 38).

Percebe-se, então, que a política de investimentos na produção, promovida sob intervenção estatal pelo regime keynesiano, forçou uma reconversão de parte da mais-valia para a compra da força de trabalho, assegurando uma provisória fase de acumulação de capital. Porém, após as fases de concentração, centralização financeira e estagnação, o capital exigiu a retomada de um novo ciclo, que não fosse mais sustentado pelas políticas do “pleno emprego”, mas por uma nova etapa de liberação (ou neoliberação) dos mercados mundiais à livre iniciativa privada.

Contra o intervencionismo estatal e em defesa do liberalismo econômico, políticos e ideólogos liberais solicitavam (ao Estado) políticas de desregulamentação econômica.

3. Crise de 1980

Supostamente causada pelo *excesso de democracia* que permitira o aumento de reivindicações e demandas sociais, a crise da década de 1970 deveria ser debelada com medidas contrárias. Esse diagnóstico, formulado pelo relatório elaborado por Michel Crozier, Samuel Huntington e Joji Watanuki (da Comissão Trilateral: Inglaterra, Estados Unidos e Japão) e publicado em 1975 com o título *The crises of democracy*, apresentava as orientações da “contra-ofensiva do grande capital em escala planetária” (Almeida, 2005). Suas estratégias se resumiam na liberalização financeira, visando à “globalização” da economia mundial.

Países *centrais* lideraram a nova orientação econômica, apropriadamente designada “neoliberal”: Inglaterra-1979; Estados Unidos-1980; Alemanha-1982. Em 1973, contrariando o princípio fundamental de um *Estado Mínimo* e não intervencionista, o Chile inaugurou a guinada neoliberal (sustentada por Pinochet e assessorada por Milton Friedman), demonstrando claramente as maneiras de se impor limites à democracia- sem qualquer prejuízo ao pensamento liberal- uma vez que pelo ideário neoliberal “puro”, um regime autoritário é mais propício à implementação da liberdade ao mercado que um “democrático”, como sugeriu

Hayek (1984).

Na América Latina, as políticas monetaristas ortodoxas foram sucessivamente adotadas pela Bolívia (1985), México (1988), Argentina e Venezuela (1989), Peru (1990). Nesse período, a implantação e a crise das políticas neoliberais no Brasil são exemplarmente ilustrativas.

4. Crise de 1990 – e o neoliberalismo brasileiro

Apresentado como modelo de solução para a crise da década de 1980, o programa de governo de Fernando Collor de Mello já anunciava políticas de abertura de mercado – como a criação do Programa Nacional de Desestatização (PND) – que “concentrou esforços na venda de estatais produtivas, pertencentes a setores anteriormente estratégicos para o desenvolvimento do País (...), a prioridade para o ajuste fiscal traduziu-se na maciça utilização das chamadas 'moedas de privatização' na compra das estatais" (BNDES, 02/04/2001).

No breve período de governo de Collor, a privatização de 15 empresas estatais permitiu uma arrecadação de US\$ 3,5 bilhões, sendo US\$ 16 milhões em moeda corrente, devido à utilização de títulos representativos da dívida pública federal como moedas de privatização.

Com o mandato de Collor prematuramente encerrado (1992), assumiu seu vice Itamar Franco que, mesmo anteriormente tendo manifestado publicamente sua oposição à privatização, permitiu a continuidade desse programa (Pinheiro, 2000: 18). Até o final desse governo (1995), foram privatizadas 33 empresas (receita de US\$ 8,6 bilhões; US\$ 3,3 bilhões de dívidas transferidas) e a liberação total de participação do capital estrangeiro.

Durante os governos seguintes, de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), a privatização norteou as demais políticas de abertura econômica e sintetizou as “dimensões e diretrizes” do Plano de Reforma do Aparelho do Estado. Bresser Pereira, ministro da Administração e Reforma do Estado (1995-98), coordenou o Plano a partir de seu livro *Crise Econômica e Reforma do Estado no Brasil – Para uma nova interpretação da América Latina* (1996), no qual considerou que erros do passado (até os anos 80) provocaram uma “crise do Estado” (fiscal, burocrática, administrativa), caracterizada pelo excessivo crescimento do Estado: desenvolvimentista no Terceiro Mundo; comunista no Segundo Mundo; do *Welfare State* no Primeiro Mundo. Para revertê-la, seria “necessário implementar reformas orientadas ao mercado”.

Contudo, tais reformas deveriam ser consideradas *social-liberais*, já que “as reformas econômicas propostas pelo credo neoliberal eram radicais e irrealistas”, por defenderem o “domínio absoluto do mercado e a correspondente meta do Estado mínimo”. Sobre esta relação, Cardoso foi taxativo: “Não há privatização

correta possível sem um Estado mais forte. (...) Só se pode fazer adequadamente um processo de privatização na mesma medida em que se aumenta a autoridade do Estado” (BRASIL, 08/06/1995).

Eliminando-se as contradições teóricas entre Ministro e Presidente, prevaleceu a alternativa “forte para liberar”, já que o mercado não pode dispensar a estrutura de Estado. Na prática, a política *neoliberal* ou *social-liberal* requeria reformas econômicas orientadas ao mercado: “privatização, desregulamentação, liberalização comercial, assim como a disciplina fiscal e as políticas monetárias restritivas, são maneiras de reformar e fortalecer o Estado, de aumentar a sua governança, e não de enfraquecê-lo” (Bresser Pereira, 1996: 22).

A Lei de Concessões Públicas (8.987/95) consolidou o processo de desnacionalização e privatização dos serviços de energia e abastecimento de água, iniciando a grande temporada dos grandes negócios no setor elétrico – considerado “o melhor negócio do fim do século”.

Os setores de telecomunicações e energia elétrica realmente foram priorizados e responderam por uma arrecadação de US\$ 65,614 bilhões (62%) dos US\$ 105,30 bilhões arrecadados entre 1991 a 2002. Para cumprir seu papel financiador dos “empreendimentos que contribuam para o desenvolvimento do país”, o BNDES prestou (emprestou) um “apoio financeiro para aquisição do controle de empresas desestatizadas de R\$ 6.293.634.593,56”, entre 1997 e 2000. Para o Programa de Apoio à Privatização do Sistema TELEBRÁS, em 1998, o valor máximo de participação do BNDES foi fixado em R\$ 3.043.200.000,00 (TCU, 2000).

Os anos 1997 e 1998 marcaram o apogeu dos negócios da privatização no Brasil. O valor arrecadado (US\$ 65,216 bilhões) equivalia a 61,9% do faturamento dos doze anos do Programa Nacional de Privatizações. Contudo, no início de 1999, a desvalorização do real e o fim da paridade monetária que sustentava Plano Real atingiram o desempenho do Programa Nacional de Desestatização. Houve uma elevação da despesa em 32,2%, por conta dos encargos das dívidas interna e externa (R\$ 516,6 bilhões ou 51% do PIB), mas também em razão do aumento das taxas de juros, o estímulo à especulação financeira e a conseqüente transferência de *vultosa parcela da riqueza do País, do setor produtivo do país para o setor financeiro nacional e internacional* (TCU, Relatório1999).

Indicadores econômicos de 2000 a 2002 levaram o TCU às conclusões anteriores: os principais objetivos da privatização, a redução da dívida pública e os investimentos sociais, não se cumpriram porque os recursos foram canalizados para o setor financeiro.

A transferência dos serviços essenciais para o setor privado, prevista e executada pelo plano das “reformas do aparelho do Estado”, esgotava-se em 2001, com anúncio da crise econômica brasileira, especialmente no setor elétrico (o

“apagão”). A estagnação econômica e a crise cambial (1999) associada aos efeitos dos sucessivos golpes especulativos no Sudeste da Ásia (desde 1997) refletiam nas bolsas de valores mundiais, provocando um *crash* global e pânico no mercado de capitais. Com o ataque à moeda brasileira e a fuga de capitais, o governo vendeu parte das reservas cambiais (US\$ 8 bilhões e leilão de mais US\$ 800 milhões) e decretou um aumento de 100% das taxas de juros (43,4% anuais). Em seguida, um “pacote” de medidas fiscais deveria cortar 20 bilhões de reais do *déficit* público federal, com aumentos de impostos e cortes de gastos. Iniciava-se o “dissenso neoliberal”, com a primeira crise do neoliberalismo em escala mundial.

5. Crise de 1990 – reformas neoliberais de segunda geração

Em 2000, Joseph Stiglitz (ex-assessor econômico de Bill Clinton, 1993-97) foi afastado do Banco Mundial, por acusar o banco e o FMI de terem imposto modelos neoliberais aos países “em desenvolvimento”, sem priorizar os aspectos humanos. Avaliando que o sistema capitalista estava numa *encruzilhada, como esteve durante a Grande Depressão*, confirmava “o fim do consenso liberal” e propunha um “pós-consenso de Washington” (Stiglitz, 2002). Importantes formuladores das políticas neoliberais para os países da “periferia”, o FMI e o BIRD apresentaram seus relatórios de 1999, reconhecendo o “fim do consenso” neoliberal em razão da excessiva centralização do capital financeiro. Juntamente com Stiglitz, o especulador George Soros e o idealizador da “terapia de choque” neoliberal para a Bolívia (década de 1980) Jeffrey Sachs, declararam-se dissidentes do “primeiro consenso” – e propuseram o “segundo”.

A ONU (2000) solicitou um “novo pacto mundial” e, em Assembléia Geral, traçou as “Metas do Milênio”. Reformas institucionais (de “segunda geração”) seriam retomadas como condição para a promoção do “crescimento sustentado”. Internacionalmente, a prioridade seria reformar a “arquitetura financeira internacional para reduzir a volatilidade excessiva dos fluxos de capital” – sem um modelo único, mas com princípios adaptados às diferentes realidades (Levy, 01/12/2004). Para a “realidade” africana, por exemplo, o relatório final do Projeto do Milênio (ONU, 2005), elaborado por Jeffrey Sachs e apresentado por Kofi Annan (Secretário-Geral), sugeria a implantação de uma *planificação central internacional sobre as economias africanas*.

Os negócios do milênio

O primeiro-ministro britânico Tony Blair formou a Comissão Especial para a África (CEA) e, com o relatório de 2005, intitulado *Nosso interesse comum* (CEA, 2005), inaugurou a cúpula do G8, com espetaculares concertos dos músicos Bob Geldorf e Bono Vox para anunciar a duplicação da ajuda anual para os países

africanos (Dembee, 2006). Nesse relatório Blair considerou que “todos sabem o que a África precisa”, ou seja, tornar-se um “um lugar seguro para investir”.

Em 2003, os investimentos cresceram 28% (US\$ 15 bilhões), especialmente em recursos naturais consumidos pelos países ricos mas, para os anos seguintes, havia uma perspectiva muito otimista para os “investimentos estrangeiros diretos através de privatizações”, principalmente “devido ao mercados de matérias-primas como os diamantes, o ouro, o petróleo e a platina”. Em 2005, os investimentos aumentaram 55% nesses setores UNTACD (2004-2006).

Como uma das estratégias das companhias é a “expansão de seus negócios nos países emergentes”, em 2003 o Brasil atraiu US\$ 10 bilhões de capital estrangeiro e, em 2004, US\$ 18 bilhões, principalmente na exploração de recursos naturais.

Deve-se lembrar que desde as reformas da “primeira geração” neoliberal, o setor elétrico brasileiro foi considerado um dos mais “atrativos do mundo”. Sua crise, em 2001, não foi menos lucrativa pois, como “alternativa mais favorável” à ampliação da oferta de energia elétrica, as termelétricas foram promovidas à *matriz energética nacional* pelo Programa Prioritário de Termelétricas (PPT). As conclusões de *Brasil: Conjuntura Econômica-2002* são definitivamente esclarecedoras:

Poucas vezes os conceitos de crise e oportunidade estiveram tão próximos como no setor brasileiro de energia elétrica no ano de 2001. Segundo estudo realizado pela Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústrias de Base (ABDIB), os investimentos na área de energia elétrica no país, entre 2001 e 2003, ultrapassarão os US\$14 bilhões – o que representa um recorde de investimentos no setor. Ressalte-se ainda que, do total do volume investido, cerca de 65% (US\$9,2 bilhões) virão da iniciativa privada (Ministério das Relações Exteriores, 2002)

Negócio tão promissor certamente não consideraria as possibilidades de uso das fontes energéticas sugeridas pelos Movimentos dos Atingidos por Barragens (MAB), que apesar de serem tecnicamente viáveis, simples e baratas – exatamente por isso- não são rentáveis.

Para contribuir para a expansão dos negócios de “segunda geração”, a partir de 2002, o governo brasileiro de Luís Inácio da Silva incorporou os objetivos das Metas do Milênio ao seu “programa de desenvolvimento sustentável” e promoveu um estudo das “Oportunidades de Negócios em Segmentos Produtivos Nacionais” (NAE, 2005) que “identificou o potencial de enquadramento no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo de um conjunto de projetos em energia, resíduos sólidos, agronegócios e florestas”.

Dentre os “projetos limpos”, a substituição da proposta inicial de redução da emissão global de gases poluentes (Quioto-1997) pelo mecanismo de compras compensatórias dos “certificados de carbono”, promoveu o gás carbônico à categoria de mercadoria – ou *commodities* naturais. Quando o Protocolo entrou em

vigor (2005) já havia um mercado paralelo, formado por instituições e empresas americanas, europeias e asiáticas – e o Banco Mundial como maior fundo para a compra de créditos (*Prototype Carbon Fund- PCF*). Empresas americanas (DuPont, Ford, General Motors) formaram, por iniciativa própria (ou ONGs), uma espécie de bolsa privada: a *Chicago Climate Exchange* (CCX) (Safatle, 27/08/2003).

Em 2003 os contratos foram de US\$ 330 milhões mas, em 2008, o mercado global de créditos de carbono movimentou US\$ 116 bilhões. Os países que não quiserem reduzir suas emissões, podem comprar o “direito de poluir”, adquirindo os créditos de carbono dos países “em desenvolvimento” (Brasil, Índia), que “hospedam” projetos de mitigação dos gases de efeito estufa.

Para a fundadora da Bolsa Brasileira de Commodities Ambientais (BECE- Brazilian Environmental Commodities Exchange) em 1999, Amyra El Khalili (23/04/2003), “as ‘Commodities Ambientais’ estão sendo construídas através do Projeto BECE de acordo com as Cartas dos Direitos Humanos, dos protocolos e manifestos que estabelecem os direitos básicos para que um cidadão possa viver com dignidade e justiça social”.

Em nome da justiça, dignidade e preservação do meio-ambiente, no início da década de 2000, cresceram os “econegócios” do “mercado verde”. Presidente da EcoSecurities, Pedro de Moura (Veja, 06/12/2006) disse que “O mercado de carbono é o melhor exemplo de como o capitalismo pode estar a serviço do meio ambiente”.

Com a conclusão da privatização dos “velhos mercados”, na década de 1990, estranhas atividades abriram-se como possibilidades de lucro para: agentes de empregos terceirizados; empresários da reciclagem (catadores de lixo); comerciantes de água mineral; *gourmets* de felinos; industriais do concurso, dos bionegócios ou negócios humanitários.

Em busca de “lucros verdes”, estes últimos apresentam-se para solucionar as crises: ecológica, da fome, da sede. Empresas com “razão social” perceberam que biscoitos, xampus, sabonetes “naturais” dão excelentes imagens para o *marketing* da “responsabilidade ecológica, necessária para salvar o destino do planeta. A engenharia genética encarrega-se da produção de alimentos transgênicos, para países pobres –principalmente africanos. Como a miséria dá lucro, a “crise ecológica” associou-se à “escassez da água”, despertando a formação de uma “oligarquia internacional da água” que alerta para a necessidade do racionamento e “controle dos recursos hídricos”, via privatizações. Enquanto isso, o mercado da água engarrafada tornou-se um grande negócio:

Mas não são apenas as engarrafadoras e distribuidoras que estão lucrando com o aumento de consumo, as empresas de máquinas e embalagens também acompanham esse crescimento (...). O crescimento do setor é causado, principalmente,

pelos garrafões de 20 litros, que respondem por 60 por cento das vendas (...). O mercado de água mineral, nos últimos cinco anos, aumentou em 98 por cento, sendo contabilizados cerca de 3,5 bilhões de litros engarrafados somente no ano passado (Antunes, 2003).

Enquanto as guerras disputam o controle do petróleo, do gás, da água, da biodiversidade, os bionegócios articulam-se com causas “humanitárias” dos “empreendedores sociais”. Como exemplo de *empreendedorismo*, o professor e empresário James Austin cita uma das maiores redes de supermercados americana, a HEB (*Here Everything's Better*), que “sempre adotou uma política de doar para bancos de alimentos os produtos que não podiam ir para as prateleiras porque apresentavam algum defeito na embalagem” (Stivaletti, 20/4/2005).

Enquanto restaurantes europeus preparam “diamantes brancos” (raras trufas brancas), que custam de 5 a 8 mil euros (Cimenti, 18/10/2004), os “bancos de alimentos” crescem, na África, tanto quanto o de “roupas usadas” ou Mitumba (“roupas do branco morto”, ou “roupa suja”) –um negócio movido pelo Exército da Salvação que revende doações (maioria dos EUA), para feirantes e ambulantes. A ação das muitas “associações de solidariedade sem fins lucrativos” também produz resultados: “Na Zâmbia, quase todas as fábricas de têxteis fecharam. Na Nigéria, estão em actividade menos de 40 das 200 que existiam. A vasta maioria das fábricas de Uganda, Quênia, Tanzânia e Malawi também têm as portas fechadas. Milhares de operários perderam os empregos”. O queniano, Chris Kirubi, que fechou sua fábrica têxtil, afirma: “estamos a abrir os nossos próprios túmulos (...) Quando se importam roupas de segunda mão, tornamo-nos um caixote do lixo” (Los Angeles Times, 2004/08/).

Enquanto a mídia comemora o “sucesso dos novos empreendimentos”, o sistema se reproduz e o ciclo prossegue, concentrando, centralizando e estagnando os lucros.

A crise atualizada

Em 2007, a economia americana apresentou sinais de estagnação, despertada pelo aumento dos juros, inadimplência e desvalorização dos títulos hipotecários (*subprime*). Financiadora do mercado imobiliário, a American Home Mortgage (AHM) pediu concordata e a Countrywide Financial foi comprada pelo Bank of America. O banco Lehman Brothers anunciou falência e o Citigroup anunciou prejuízo de US\$ 18,72 bilhões em 2008. O Bank of America lucrou apenas US\$ 4,01 bilhões e no quarto trimestre anunciou prejuízo de US\$ 1,79 bilhão –e o Wells Fargo de US\$ 2,83 bilhões. No final de 2008, houve uma contração de 3,8% do PIB e a taxa de desemprego atingiu 7,2%.

O remédio de sempre já foi anunciado: FMI dobra limite de empréstimos para

países mais pobres; Bird promete US\$ 35 bi para infraestrutura na América Latina; pacote de ajudas passam de US\$ 1 trilhão para salvar bancos com problemas; o setor automobilístico recebe ajuda de mais de US\$ 17 bilhões.

Dos diversos exemplos históricos de crise, é possível considerar dois pontos centrais: 1. o Estado *pode* interferir na estrutura econômica, produzindo políticas que estimulem a produção, restabeleça o padrão de acumulação capitalista e restaure as forças do mercado financeiro; 2. o Estado *pode* neutralizar parcialmente uma crise, com a disposição de investimentos na produção, para estimular a geração de emprego –ainda que nada garanta que os investimentos não sejam canalizados apenas para o setor da mecanização da produção – visando ao aumento da produtividade do trabalho.

No Brasil, o governo concedeu um pacote de ajuda de R\$ 10 bilhões ao agronegócio; os latifúndios do agronegócio já demitiram 270 mil funcionários; o PIB caiu 3,6% em relação ao terceiro trimestre de 2008, cresceu 1,3% em relação ao quarto trimestre de 2007 e, finalmente, acumulou um crescimento de 5,1% em 2008. O lucro do Itaú recuou 27,6%, mas passou de R\$ 2 bi no 1º trimestre.

Stiglitz, que, ao reconhecer a crise de 1999, propôs um “novo consenso neoliberal”, atualmente afirma que o “pensamento da direita” sobre a auto-regulação do mercado estava “errado”, mas indica a saída de sempre: “Precisamos de uma nova estrutura para o sistema financeiro após a crise. Temos que achar um equilíbrio entre o mercado e o Estado” (RTP, 08/05/2009).

Como Perry Anderson observou em 1995, qualquer balanço sobre o atual neoliberalismo deveria ser provisório, uma vez que ainda era um movimento inacabado. Em 2009, a aventura neoliberal também não encerrou sua atuação nem apresentou todos os seus efeitos, pois o modo de produção capitalista não alterou seu padrão de acumulação. Sem dispensar a possibilidade de novas rodadas dos grandes negócios no setor produtivo nacional ou internacional, para a “retomada do crescimento”, ao final de cada ciclo de concentração, centralização e estagnação do capital, o capitalismo já atualizou e incorporou suas crises como uma fonte quase natural de lucro.

Bibliografia

- ALMEIDA, L. F. R. (2005). Exorcismo ideológico e abuso das noções de “globalização” e “governabilidade”. *Lutas Sociais*, 13/14.
- ANDERSON, P. (1995). Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- BNDES (02/04/2001). *Relatório Desempenho de Atividades do PND*. Resultados Gerais e Histórico das Privatizações.

- BRASIL (nov/1995). Plano *Diretor da Reforma do Aparelho do Estado*. Brasília: Câmara da Reforma do Estado. Brasília: SECOM.
- BRASIL (08/06/1995) Discurso de Fernando Henrique Cardoso no Encontro com a Bancada da Amazônia. Brasília: SECOM.
- BRESSER PEREIRA, L. C. (1996). *Crise econômica e reforma do Estado no Brasil*. São Paulo: Editora 34.
- CARDOSO, F. H. (14/09/1995). *Discurso ao primeiro-ministro do Reino da Bélgica, Jean-Luc Debaene*. Brasília: SECOM.
- CEA- COMMISSION POUR L'AFRIQUE- (fev/2005). *Notre intérêt commun*.
- CEA-Comissão para África (11/03/2005). *Recomendações sobre Crescimento e Redução da Pobreza*.
- CHESNAIS, F. (2005). O Capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: CHESNAIS, François (Org.) *A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo.
- _____. (2001). Mundialização: o capital financeiro no comando. *Outubro n° 5. Revista do Instituto de Estudos Socialistas*.
- CIMENTI, C. (18/10/2004). Chuvas promovem a volta do cogumelo mais caro que ouro. *BBC Brasil*.
- DEMBEE, D. M. (jan/2006). As máscaras de Anthony Blair. *Le Monde Diplomatique*.
- HABERMAS, J. (1987). *Teoría de la acción comunicativa: racionalidad de la acción y racionalización social*. Madrid: Taurus.
- HARVEY, D. (1998). *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola.
- HAYEK, F. A. (1984). *O caminho da servidão*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal.
- KEYNES, J. M. (1992). *A Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: ATLAS.
- KHALILI, A. El (23/04/2003). COMMODITIES AMBIENTAIS: O presente, futuro e o papel da pesquisa; O que são créditos de carbono? A Inter-relação entre Agronegócios e Econegócios. *Jornal do Meio Ambiente*.
- KURZ, R. (1993). *O colapso da modernização*. São Paulo: Paz e Terra.
- LEVY, P. M. (01/12/2004). Condições para o crescimento. *Revista Desafios do Desenvolvimento*. Brasília: BNDES.
- LOS ANGELES TIMES/Exclusivo PÚBLICO: *Moçambique para todos: As Roupas do branco morto* (macua.blogs.com/moambique_para_todos/ 2004/08/as_roupas_.html).
- MAB–Cartilha. Direção Nacional (<http://www.mabnacional.org.br/historia.html>).
- MARX, K. (1988). *O Capital*, Livro 1º, vol. 1; Livro 2º, vol. III. *Coleção Os Economistas*. São Paulo: Nova Cultural.

- _____. (1978). *Salário, preço e lucro*. São Paulo: Abril Cultural.
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (2002) *Conjuntura Econômica*.
Brasília: SECOM.
- MODA BRASIL (www1.uol.com.br/modabrasil/africa).
- MOTTA, C. M. (2006). *O modelo neoliberal brasileiro e o setor elétrico*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. PUC-SP.
- NAE-NÚCLEO DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS (2005) *Série Mudança do Clima*, Cadernos II, III.
- OFFE, C. (1989). Trabalho: a categoria-chave da sociologia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 10, vol. 4.
- ONU- Organização das Nações Unidas (2000) *Declaração do Milênio*.
- PINHEIRO, A. C. (2000). A experiência brasileira de privatização: o que vem a seguir? *Texto para Discussão 87*. Rio de Janeiro: BNDES.
- RTP- Radio e Televisão de Portugal (08/05/2009). *Nobel da Economia aponta que recessão será duradoura*.
- SAFATLE, A. (27/08/2003). Negociação quente. *Revista Carta Capital*.
- STIGLITZ, J. (2002). *A globalização e seus malefícios: a promessa não cumprida de benefícios globais*. São Paulo: Futura.
- STIVALETTI, T. (20/4/2005). Como unir estratégia e responsabilidade social nos negócios. *Valor Econômico*.
- TCU-TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO- Relatórios Contas do Governo (1999-2000).
- UNCTAD (2004-2006). Relatório-Conferência da ONU para o Comércio e Desenvolvimento.
- Veja (06/12/2006). *Salvar o planeta dá lucro*.